



# ACOLHER E CUIDAR DE GENTE EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: A INTERDISCIPLINARIDADE POSSÍVEL

Lucila Mara Sbrana Sciotti\*  
Fernando César de Souza\*\*

## Resumo

O artigo percorre práticas do Senac em São Paulo na acolhida a alunos com deficiência na chegada, durante o aprendizado e em sua certificação. Apresentamos os atos construídos pelos gestores alinhados às estratégias da escola na tratativa de acolher a todos em aprendizagens significativas. A organização deste artigo tornará possível a redescoberta de outros caminhos pedagógicos contraditórios a modelos convencionais de educação, e que busca na interdisciplinaridade perspectiva metodológica no cuidado humano. Além de possibilitar que os acessos estruturais e tecnológicos estejam disponíveis, é preciso criar ações que potencializem a arte de cuidar de gente.

**Palavras-chave:** Aprendizagens. Deficiência. Escola. Interdisciplinaridade. Gestores e alunos.

## Abstract

Welcome and take care of people in a Brazilian professional education institution: the possible interdisciplinarity. The paper passes through Senac practices, in São Paulo, welcoming students with disabilities on arrival, during learning and in their certification. The actions built by the directors aligned with the school strategies aiming to welcome everyone in significant learning are presented. This article organization will make it possible to rediscover other pedagogical routes from the contradictory to conventional education models, searching in the interdisciplinarity the methodological perspective in human care. In addition

\* Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora nas áreas de Formação de Professores e Gestores Educacionais e no Uso das Tecnologias. Atualmente, ocupa a Superintendência de Operações no Senac em São Paulo.  
E-mail: lucila@sp.senac.br

\*\* Doutor em Educação: Currículo na linha de pesquisa em Interdisciplinaridade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Técnico de Desenvolvimento Profissional do Senac em São Paulo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares/PUC/SP. Membro da Associação dos Professores e Pesquisadores de Ciências da Educação, Paris, França.  
E-mail: Fernando.csouza@sp.senac.br

to enabling that the structural and technological accesses are available, it is necessary to create actions that strengthen the art of taking care of people.

**Keywords:** Learning. Disability. School. Interdisciplinarity. School managers and students.

## Resumen

Acoger y cuidar de las personas en una institución de educación profesional brasileña: la interdisciplinariedad posible. El artículo hace un recorrido de las prácticas de Senac, en São Paulo, en la acogida de alumnos con discapacidades a la llegada, durante el aprendizaje y en su certificación. Presentamos los actos constituidos por los directivos alineándolos a las estrategias de la escuela con la intención de acoger todos en aprendizajes significativos. La organización de este artículo hará posible el redescubrimiento de otros caminos pedagógicos contradictorios a modelos convencionales de educación, y que buscan en la interdisciplinariedad la perspectiva metodológica en el cuidado humano. Además de posibilitar que los accesos estructurales y tecnológicos estén disponibles, se necesita crear acciones que potencialicen el arte de cuidar de gente.

**Palabras clave:** Aprendizajes. Discapacidad. Escuela. Interdisciplinariedad. Gestores y alumnos

## Introdução

Generosidade e esperança: eis o lema que se deseja na Escola!

**T**ransitar pelos campos da prática e do discurso humanos ou pelas políticas públicas de inclusão social e educacional é possibilitar revitalização histórica que reorganize processos e estruturas, bem como mobilize pessoas. Este artigo percorrerá a práxis da inclusão de pessoas com deficiência no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em São Paulo (Senac), uma instituição brasileira de educação profissional.

A inclusão social de pessoas com deficiências é tema que passou a ganhar mais força no Brasil a partir do fim do século passado. O ano de 1981 foi escolhido pelas Organizações das Nações Unidas como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência culminando em novas diretrizes e recomendações que subsidiaram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990, ocorrido na Tailândia, com objetivos claros de construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Tantas outras Declarações Nacionais ou Internacionais propuseram nova conduta da sociedade na temática da inclusão, por exemplo, a elaboração da Carta para o Terceiro Milênio, em 1999<sup>1</sup> que possibilitou uma quebra paradigmática no acolhimento das pessoas e das suas potencialidades.

Em dezembro de 1999, foi promulgada pelo governo brasileiro a Lei nº 3.298, ainda vigente, que estabeleceu percentuais mínimos obrigatórios de contratação pelas empresas de pessoas com deficiência. A legislação brasileira traz ainda em seu Decreto Federal nº 5.296, de 2004, em seu Artigo 3º, o conceito de acessibilidade como:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Do ponto de vista educacional, o Brasil dispõe de resoluções e dispositivos sociais a partir da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup> e, depois, nas orientações do Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CEB nº 2 que apresenta:

[...] consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho (Conselho Nacional de Educação, 2001).

Na Lei 10.172/01,<sup>3</sup> são objetivadas as 27 metas para a educação das pessoas com “necessidades educacionais especiais em todos os municípios do país na inclusão e permanência no mundo do trabalho e no direito irrestrito a sua profissionalização, garantindo a “efetiva integração na vida em sociedade” (BRASIL, 2001, art. 59, alínea IV). Ações diretas também são apresentadas na meta 4 do Plano Nacional de Educação (2011-2020), em que é preciso:

Universalizar, para a população de 04 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados [...] (BRASIL, 2013, p. 17).

Nesse conjunto, ratifica-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Organizações das Nações Unidas, em 2006, e também, possibilita-se a ampliação das discussões para a redação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

É importante observar, entretanto, que esse processo se realiza em meio a diversas contradições e obstáculos, sejam de ordem social, institucional ou individual, e que provocam diversos grupos envolvidos para uma necessária revisão de (pré) conceitos, atitudes e práticas até então distantes das realidades das escolas e corporações. Quando as pessoas se distanciam do que é diferente, não há possibilidade de rever as próprias limitações e as potencialidades entre os indivíduos. É no encontro com o outro que se inicia uma releitura daquilo que sou!

## Uma proposta de escola inclusiva e acessível

A escola inclusiva – seja essa inclusão de qual ordem for (circunstância física, financeira, étnica, curricular etc.), está inserida no ideário de construção de um espaço educacional democrático, ético e interdisciplinar.<sup>4</sup>

A consciência de pertença no mundo é o alicerce para a conquista da liberdade individual e coletiva e para o desejado avanço nas relações humanas. E a escola, como espaço de intervenção no mundo, é o local da reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia (FREIRE, 2000), que reconhece a necessidade da presença consciente, como nos ensina o educador brasileiro Paulo Freire:

[...] mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. [...] Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe (FREIRE, 2000, p. 20).

É no espaço educacional que se formam crianças, jovens e adultos, visando à sua inserção atual e futura nas estruturas sociais. Ele é campo de construção do presente e do futuro. Morin (2000) propõe sete saberes necessários à educação do futuro, dentre eles destacaremos o terceiro saber: “Ensinar a condição humana [...]” como “[...] uma das vocações essenciais da educação do futuro” no “estudo da complexidade”.

Essa aprendizagem proposta por Morin está em consonância com as críticas sobre o excesso de disciplinarizações dos currículos escolares, sinalizando a necessidade de revisão de efeitos nocivos de “desaprendizagem” comumente praticados, como a desarticulação de conteúdos e sua falta de vínculos com a vida real, palpável, de um aluno. Centrar a educação na condição humana nos possibilitará a compreensão de nossa complexidade e a conscientização acerca dos destinos humanos: individual, social, histórico etc. Em sintonia ao ideário de Edgar Morin, encontra-se em Paulo Freire uma indicação imediata pela busca de ambientes educacionais emancipadores e, portanto, mais inclusivos, valorizando-se o aprender com os outros e com o mundo.

Na ação cotidiana, as propostas acima encontram eco no conceito de interdisciplinaridade de Ivani Fazenda (1998), estudiosa da formação de professores e da interdisciplinaridade desde 1980. Para a autora, interdisciplinaridade é uma atitude de abertura ao diálogo e ao encontro com o outro, em um movimento de pensar e agir educacionalmente que extrapola a palavra. Direciona-nos ao caminho possível na busca pela compreensão da complexidade e da condição humana. Considerar a interdisciplinaridade como base para a realização da educação inclusiva é ter o cuidado e o acolhimento como pilares da construção diária das relações humanas. É ainda assumir nova atitude frente ao conhecimento, abrindo-se ao entendimento de aspectos ocultos do ato de aprender.

Na dimensão interdisciplinar, o ambiente educacional voltado à inclusão se configura como um espaço sensível à leitura do que ainda não está visível e à percepção do que ainda não se consegue. A busca é do equilíbrio na navegação entre dois polos: a imobilidade total e o caos (FAZENDA, 1998).

No contexto específico deste artigo, que focaliza a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da Educação Profissional, é fundamental que aos conceitos acima apresentados some-se o conceito de cuidado. Como aponta Leonardo Boff (2012):

Cuidado significa então desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. Como dizíamos, estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude (BOFF, 2012, p.103).

Segundo o autor, o cuidado é parte da essência humana, é mais que uma virtude, é uma forma de estar presente, de relacionar-se e de manter a vida, pois “Tudo o que vive precisa ser alimentado” (BOFF, 2012, p. 227). Para Boff, “não temos cuidado. Somos cuidado.” (BOFF, 2012, p. 100). Essa ideia nos mostra a dimensão ontológica do cuidado e de como se encontra na constituição do ser humano, pois sem cuidado o ser humano não consegue sobreviver.

Assim delineamos o campo conceitual proposto para a reflexão sobre o papel das instituições educacionais na inclusão e no cuidado de gente, sobretudo daqueles com algum tipo de deficiência.

## Uma leitura a partir das contradições

Amparados pelos alicerces da missão Senac que proporciona “o desenvolvimento de pessoas, por meio de ações educacionais que estimulem o exercício da cidadania, a atuação profissional e empreendedora, de forma a contribuir para o bem-estar da sociedade”, e da visão até 2015, em que o Senac “fortalecerá seu reconhecimento como instituição de excelência na prestação de serviços educacionais inovadores, voltados à inclusão social e à formação diversificada de profissionais-cidadãos”, é que partimos para o registro das práticas de inclusão de pessoas na Instituição, no Estado de São Paulo.

Em 2012, a Rede Senac em São Paulo, com 8 mil funcionários, dentre eles 359 com deficiências (física, intelectual, auditiva, visual e múltipla), atendeu 510 mil alunos em todas as modalidades de ensino (técnicos, livres, superior), incluindo 1.407 alunos com deficiências no primeiro semestre de 2012.

Nacionalmente, o Programa Senac de Acessibilidade traz em sua base o atendimento e os estudos irrestritos às pessoas com deficiência, bem como revisão na infraestrutura e nos equipamentos para o acolhimento de alunos e funcionários, e alicerçado nos diálogos constantes entre as pessoas. Há uma constância nos debates nas mais variadas instâncias da Instituição que resultam em um significativo desempenho e agilidade na aplicação das recomendações externas, bem como na atitude das equipes das Unidades, já que:

[...] a educação inclusiva compreende as diferenças como resultantes da multiplicidade, não da diversidade. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva (ROPOLI et al., 2010, p. 8).

## As contradições como base para a reflexão e a prática

E assim aproximamos os discursos das práticas de acolhida e cuidado humanos durante algumas entrevistas com gestores de Unidades, pois

“muitas inseguranças deram abertura para a melhoria no atendimento e no acolhimento”,<sup>5</sup> como dito por um gestor da Instituição. São elas:

**Superar os obstáculos físicos:** os ajustes na arquitetura e na ambientação são realinhados em cada demanda e para cada aluno em sua deficiência. Mesmo que as recomendações obrigatórias por lei não deem conta de todas as necessidades e indicações, as equipes das Unidades são mobilizadas para a resolução da dúvida e da adaptação àquela deficiência. Reavaliar os impactos da morosidade em alguns processos se contrapõe à necessidade imediata de amparar pessoas que precisam de suporte para seu desenvolvimento. Pois é necessário preparar os espaços físicos a toda pessoa com deficiência, seja de qualquer natureza.

A construção de um modo de ser e de agir, legitimado na colaboração e na compreensão da generosidade humana, é o primeiro passo para a acessibilidade que ultrapassa a dimensão arquitetônica ou a mera obrigação ao cumprimento de uma legislação. Em uma primeira narrativa, uma gestora afirma “que a adaptação de mobiliário, infraestrutura ou materiais didáticos é uma constante na Escola, um tema discutido por toda a equipe”.

**Superar as ideias preconcebidas:** A superação do “não saber” envolve a realidade de aprender com o outro sobre aquilo que eu não sei, ou seja, a partir da minha história de vida e das atitudes preconcebidas é que percebo o outro e o mundo. As ações para a compreensão do movimento eu – outro é o pilar que mantém as relações humanas mais sustentáveis. É preciso falar dos medos e das imagens diante das situações inusitadas ou inesperadas.

Uma narrativa apresentada durante as conversas estabelecidas com os gestores das Unidades indica que “as tensões e as contradições surgiram mais pela falta de conhecimento dos caminhos necessários a serem percorridos, pois se tratava de algo novo, e o desconhecido se torna o maior inimigo”, o que traduz como as pessoas reagem diante de situação não esperada.

**Superar o cumprimento restrito da legislação:** A obrigação de cumprir a legislação tem impulsionado algumas empresas a realizar um plano de contratação de pessoas com deficiências sem um trabalho anterior para com suas equipes internas. Temas como diversidade, tolerância, diferenças, ou inclusão estampam as campanhas internas, mas não garantem a transformação de atitudes, revelando a possível contradição entre o cumprimento da lei e a consciência transformadora de cada pessoa. É preciso compreender as diversidades humanas e desmistificar a inclusão forçada pela lei, expandindo para o conceito de cuidado para além da obrigatoriedade: veem possibilidades e potencialidades em vez de estorvos.

A pergunta trazida por um dos narradores é: “De quais necessidades falamos? Não estou exagerando no cuidado ao ponto de inibir a pessoa?” É em um espaço educacional que trilhamos as contradições entre ausências e presenças, migrando da deficiência disso ou daquilo para os talentos respeitados em uma dinâmica de partilha e reconhecimento, em tríade “formada pelo sentido de ser, de pertencer e de fazer”. A ação daquele que educa, *ou seja, toda a comunidade escolar, será a de “decifrar com*

o educando as coisas do mundo das quais ambos são participantes” (FAZENDA, 2003, p. 38).

Na audição de outra narrativa descobrimos que “uma equipe inclusiva sabe que um funcionário com deficiência, adequadamente recebido, poderá contribuir com o máximo da sua potencialidade”.

**Superar os entraves curriculares:** O potencial da pessoa com deficiência tem demonstrado que há uma contradição entre a adaptação de materiais didáticos e a sua permanência durante o processo de ensino aprendizagem. Somente envolver especialistas e adquirir novos materiais não garantem a continuidade dos estudos, pois é necessário que o corpo docente e os demais integrantes das equipes das Unidades acompanhem o desenvolvimento cognitivo, relacional e social entre as pessoas (outros alunos ou professores) durante sua permanência na Unidade Escolar.

Como relatou outro narrador, nós “garantimos que o aluno encontrará na sala de aula um ambiente adequado para o desenvolvimento profissional”, o que exemplifica a urgência de uma flexibilidade curricular que permita que os alunos construam itinerários diversificados, segundo seus interesses e possibilidades.

**Superar as preocupações familiares:** A contradição dentro da família aponta para um reaprender a conviver com seus filhos ou parentes que ascendem para seu novo modo de viver, um diferente *habitus*. Isso tem sido apresentado como dificuldade por parte de alguns familiares que se assustam com tanta autonomia daquele que se mostrou tão “protegido”. As Unidades trabalham com os familiares para que a “saúde social” seja vivenciada e desenvolvida.

Um narrador trouxe a experiência contrária ao da superproteção, quando os pais agradecidos por reaprenderem a acompanhar seus filhos, agora livres para uma ação-cidadã em ato, recuperaram a autoestima também. Esse narrador reforça que é “preciso libertar o filho do excesso de proteção familiar”.

Para que a ação solidária se mostre eficaz e legitimada pelas equipes acolhedoras das Unidades, é necessária uma revisão constante no *modus operandi* da natureza humana que movimenta a escola e dá sentido às vidas. É um movimento que “instala-se em clima para a inclusão verdadeira e uma disponibilidade infinita interna e externa”, narrativa de uma gestora de Unidade.<sup>6</sup>

## Conclusões parciais: escola como encontro de gente!

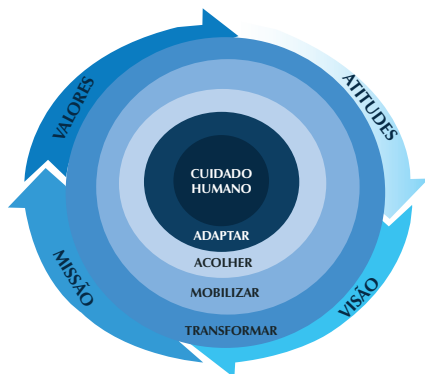
“[...] e acaba por unir a própria vida/No seu peito partida e repartida/  
Quando afinal descobre num clarão/Que o mundo é seu também  
[...]” (MELLO, 1998).

Não cumprimos apenas as leis, há que se construir uma ressignificação de infraestrutura e do imaginário humano, num revisitado conceitual e prático. As pessoas que se apresentam diferentes de nós são como nós: é o movimento do olhar-se no espelho e ver o próprio semblante.



Há um reiniciar em cada encontro onde o cuidado humano é central e movimenta todo o ciclo de liberdades e autonomias, como Freire diz que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”, envoltos em um alicerce institucional com abordagens inclusivas e de abordagens individuais e coletivas: VISÃO-MISSÃO-VALORES-ATITUDES.

Ciclo do cuidado humano e inclusão educacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

Levantamos nas diversas narrativas uma condição humana em parceria, movida pela chegada de pessoas com deficiência. A pergunta que permanece é: quem incluiu ou quem foi incluído nesse movimento? As percepções de mundos são simbioticamente confundidas, onde a inclusão é multilateral e contagiante ao ponto de reescrevermos as histórias de vidas.

A busca da solução de um problema está no acolhimento com foco nas potencialidades e talentos. É um ato de abertura frente ao conhecimento, uma prática interdisciplinar que marca nossas atitudes com velocidade meteórica, numa sensação de incertezas que faz girar o ciclo entre o ADAPTAR-ACOLHER-MOBILIZAR-TRANSFORMAR.

O grande e contraditório “clarão” é o de nos libertarmos do conceito de pessoas “pobrezinhas e desprovidas”, e oportunizar que os processos de ensino e aprendizagem ocorram na práxis da Educação Profissional, pois é a partir da limitação do outro (ou daquilo que se considera limitador) que se revê a própria limitação, no ciclo libertador de “ensinar e aprender a condição humana”, no qual não há gente cuidadora e gente cuidada, mas seres que se cuidam, em um misto de certezas ou incertezas, inacabamento ou reedificações.

## Notas

<sup>1</sup> Apresentada ao mundo a Carta para o Terceiro Milênio, onde todas as nações buscam a evolução das sociedades na proteção aos direitos das pessoas com deficiência dando pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos de suas vidas.

<sup>2</sup> O artigo 227 coloca na família, Estado e sociedade a responsabilidade pela assistência integral às pessoas com deficiência.

<sup>3</sup> Conhecida como Plano Nacional de Educação que, a cada 10 anos, é revisto com a participação de vários segmentos da sociedade.

<sup>4</sup> Interdisciplinaridade é uma categoria de ação onde convergem pessoas, processos, histórias de vidas e conhecimentos. Dentro da escola e da sala de aula vê-se como uma pedagogia das incertezas e das potencialidades humanas, segundo Ivani Fazenda, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

<sup>5</sup> Entrevistas com gestores das Unidades do Senac São Paulo ocorrido nos meses de fevereiro e março de 2013.

<sup>6</sup> As superações apresentadas foram as mais citadas pelos gestores das Unidades do Senac São Paulo, o que é compreendido como o início de uma pesquisa ainda maior e com outras variáveis.

## Referências

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Projeto de Lei nº 8.035-B de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 02/01, aprovada em 11 de setembro de 2001. **Documenta**, Brasília, DF, set. 2001.

FAZENDA, Ivani. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000. Disponível em: <<http://www.livrosparatodos.net/livros-downloads/pedagogia-da-indignacao-cartas-pedagogicas.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

HERNANDES, R. B.; JUNIOR, K. S. **As dimensões do não ver: formação continuada de educadores e a profissionalização das pessoas com deficiência visual**. São Paulo: EdUnesp, 2011.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MELLO, Thiago de. Canção para os fonemas da alegria. In: MELLO, Thiago de. **Faz escuro, mas eu canto**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A escola comum inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar, v. 1). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17009&Itemid=913](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

SARTORETTO, Mara Lucia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Recursos pedagógicos acessíveis, comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar, v. 6). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17009&Itemid=913](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913)>. Acesso em: 15 ago. 2013.